



Diário da Sessão n.º 079 de 17/06/99

Presidente: Está assim concluída a discussão deste ponto n.º 3. Vamos passar ao ponto seguinte da Ordem do Dia - “Acréscimo ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores”.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar um projecto que procura que na Região Autónoma dos Açores os trabalhadores que menos ganham, ou seja aqueles que apenas usufruem o salário mínimo nacional sejam compensados com um acréscimo de 5%, isto é, propõe-se que os trabalhadores por conta de outrem que tenham um vencimento neste momento de 61.300\$00 passem a ter um vencimento de 64.365\$00, ou seja, propõe-se um aumento, para estes trabalhadores, de 3.065\$00 por mês.

Nós consideramos que este projecto é apenas o início dum conjunto de medidas que têm que ser tomadas em relação ao trabalhadores que menos ganham, na medida em que já legislámos aqui para aqueles que mais ganham, ou seja, fizemos a adaptação do sistema fiscal e com esta adaptação, reduzindo os descontos fiscais, conseguimos que muitas pessoas com vencimentos médios e médios altos viessem a ter compensações pelo facto de residirem na Região Autónoma dos Açores.

Entendemos que se for aprovado este Projecto aqueles que menos ganham e que trabalham por conta de outrem terão uma pequena compensação.

Está em tramitação o Projecto de Remuneração Complementar, apresentado por nós e apresentado pelo PSD. Ao aprovar-se os Projectos de



Remuneração Complementar poder-se-á compensar os trabalhadores da Administração Pública Regional.

Nós também temos em tramitação um projecto para aumento de pensões para finalmente terminar o edifício desta Região que propõe compensar todos aqueles que aqui trabalham e que aqui vivem, porque é preciso não esquecermos que nós próprios que aqui vivemos, que aqui trabalhamos já estamos a ser compensados e já estamos a ser compensados em função da adaptação do sistema fiscal. Também é preciso notar que as empresas que desenvolvem a sua actividade nesta Região também estão compensadas como empresas, porque os seus quadros médios e superiores também estão compensados através da adaptação do sistema fiscal.

Por tudo isto, consideramos que é da mais elementar justiça que se procure fazer algum equilíbrio e alguma justiça social no que diz respeito a todos os que trabalham na Região Autónoma dos Açores e não apenas em relação a uma pequena percentagem.

É evidente, que hoje todos admitimos que o custo de vida nos Açores é superior àquele que efectivamente existe no Continente.

É evidente também que esta pequena compensação ou este pequeno aumento, em relação ao trabalhadores que ganham menos na Região, é pouco ambicioso e nós fazemos uma proposta pouco ambiciosa exactamente porque consideramos que só assim é que é possível termos uma compensação que vai beneficiar os que menos ganham e que não prejudique seja quem for.

Repito, consideramos que, mesmo no caso destes trabalhadores que trabalham para o sector privado, esse sector privado tem sido, quer em termos colectivos quer em termos individuais, compensado pela legislação da adaptação do sistema fiscal que aqui aprovámos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Um outro aspecto que gostaria de lembrar, é que a Região Autónoma da Madeira, desde há muito anos tem legislação própria em que compensa os trabalhadores que menos ganham nessa Região também com aquilo que eles chamam de “remuneração mínima mensal” que, efectivamente, é um acréscimo em relação ao salário mínimo nacional que se aplica neste momento no Continente e nesta Região e que, de facto, não se aplica na Região Autónoma da Madeira exactamente devido ao acréscimo que há muitos anos, repito, é aplicado na Região Autónoma da Madeira.

Como disse no início, cada vez mais estas medidas são reconhecidas como necessárias, são reconhecidas como imperiosas, são reconhecidas como da mais elementar justiça na Região Autónoma dos Açores.

Aliás, a Comissão que teve o dever de analisar este projecto também foi incumbida por esta Assembleia de analisar os problema relacionados com os custos da insularidade na Região e elaborou um relatório que nós daqui a pouco vamos discutir.

No entanto, não quero terminar esta minha primeira intervenção sem ler uma das sugestões que foi aprovada por unanimidade nessa Comissão e que faz parte do relatório referente aos custos da insularidade que ainda hoje vamos aqui apreciar e diz o seguinte:

“Atendendo a que a adaptação do sistema fiscal na Região, eventualmente conjugada com uma remuneração complementar para a Administração Regional e Local com os valores duma e doutra indexados, deixaria de fora a maioria dos trabalhadores do sector privado e cooperativo, a Comissão sugere que tal discriminação poderia ser compensada pelo aumento do salário mínimo nacional na Região e/ou pela diminuição dos descontos dos trabalhadores para a segurança social, medida esta que permitiria o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

aumento efectivo do salário líquido dos trabalhadores indiferenciados do sector privado e cooperativo”.

Por isso mesmo estamos convictos que cada vez mais vem a noção de que este projecto é justo, que este projecto é necessário, que este projecto vem de encontro à necessidade de justiça social nesta Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, numa primeira análise, deixar aqui expressa a posição do Grupo Parlamentar do PS que, aliás, é aquela que tem sido expandida já noutras alturas e inclusivamente em sede de Comissão.

Agora, até fico algo surpreso do Sr. Deputado Paulo Valadão aduzir a esta discussão, as conclusões dum trabalho que acabou no dia 8 de Junho, talvez querendo justificar a apresentação do seu diploma que ocorreu em 24 de Fevereiro.

Por isso, da nossa parte o que queremos dizer é o seguinte:

Não estão reunidas as condições para se tratar desta matéria, a não ser que a Assembleia o entendesse de forma congregada e conjugada com todos os diplomas que têm a ver com aquilo que se chamou em termos de resolução desta Assembleia formas de compensação aos trabalhadores derivada dos custos da insularidade.

É esta posição que o PS quer deixar aqui no começo deste debate como sendo aquela que se tivesse havido, e é preciso que se diga também aqui, que quando este documento começou a ser discutido em sede de Comissão, no primeiro dia, o partido proponente, através do Sr. Deputado Paulo Valadão, ainda pediu à Comissão para que o assunto ficasse para o dia seguinte.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, sempre havia algumas dúvidas em que talvez fosse melhor este diploma passar para Setembro, porque tínhamos a promessa dada em sede de Comissão no dia 19 de Maio, por parte do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, de que o Governo até 30 de Junho - portanto, pronto para o plenário de Setembro - teria todas as suas propostas prontas para entregar nesta Casa.

É isto que eu quero dizer aqui nesta altura. Com certeza que outros colegas de bancada também irão falar sobre o assunto, mas nesta primeira análise o que eu queria deixar é que há uma pressa que a nosso ver é injustificada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É de facto um esclarecimento ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila começa por manifestar estranheza pelo facto de eu utilizar conclusões do relatório agora aprovadas quando apresentei em Fevereiro o meu projecto.

Sr. Deputado, efectivamente em Fevereiro eu estava convicto de que era justo este projecto e o relatório que agora nós temos entre mãos e que foi aprovado vem dar-me razão, porque o relatório que nós aqui temos vem exactamente dizer que os custos da insularidade resolvem-se, concretamente, passando também por um acréscimo ao salário mínimo nacional.

Como disse na minha intervenção, na Região Autónoma da Madeira há muitos anos que eles chegaram, felizmente para os trabalhadores daquela Região, a essa conclusão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Mas, Sr. Deputado, fala que o conjunto de documentos sobre esta matéria deveriam estar todos em apreciação ou só deveriam ser apreciados todos em conjunto. É uma opinião que eu respeito.

No entanto, eu quero fazer lembrar que por essa teoria a adaptação do sistema fiscal dever-se-ia ter feito conjuntamente com todos estes documentos e a realidade é que já há um conjunto de trabalhadores, um conjunto de pessoas e empresas desta Região que estão a beneficiar com a adaptação do sistema fiscal, que estão a beneficiar com a insularidade ou melhor, estão a ser compensadas pelo facto de viverem numa região insular e distante, enquanto um grande número de trabalhadores ainda não beneficia coisíssima nenhuma.

Portanto, vamos resolvendo gradualmente os problemas, como já resolvemos com a adaptação do sistema fiscal com a sua apresentação há 6 meses, mais concretamente desde Janeiro. Esse grupo já foi resolvido e vamos resolvendo gradualmente.

É este o meu conceito e não quero dizer que não possa admitir que se possa vir a considerar um conjunto grande de pessoas na resolução dos problemas, mas quero lembrar que um grupo muito grande, aqueles que mais ganham e a empresas, já tiveram o seu problema resolvido. Agora o problema daqueles que menos ganham, daqueles que menos podem, dos mais sacrificados nesta Região que são os trabalhadores com o ordenado mínimo e os pensionistas ainda não foi resolvido. O Sr. e eu há seis meses que temos a nossa compensação e os que ganham 70 contos ainda não têm qualquer compensação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Eu creio existir no conjunto das forças políticas e sociais um consenso bastante alargado e importante acerca da necessidade efectiva que há de compensar os custos da insularidade e se ao nível dos princípios existe, penso que já é verdadeiramente importante.

Aliás, como já foi aqui referido, e não podia deixar de o ter sido, já há nos últimos dois anos e meio, quer por parte do Governo, quer por parte desta Assembleia Legislativa Regional, um conjunto de medidas concretas que foram tomadas, que têm uma relevância e um óbvio alcance nesta questão da redução ou compensação dos custos da insularidade através da adaptação fiscal de que se falou, mas antes dela houve a redução dos transportes, redução dos preços de jornais e revistas, redução da energia eléctrica.

Tudo isto são medidas com óbvio alcance ao nível da redução ou da eliminação dos custos da insularidade.

Também todos, mais ou menos, reconhecem que há ainda uma franja socialmente bastante significativa, em termos qualitativos até, que ainda não beneficiou o suficiente desta panóplia de medidas entretanto tomadas.

Na sequência disso, quer este Parlamento pelo relatório que vamos ver a seguir, quer o Governo, já andam a trabalhar a algum tempo no sentido de ser possível chegar a um trabalho sério consistente e que possa relevar que seja apresentada aqui uma proposta, também ela séria e consistente e que seja durável, porque já vimos, infelizmente, que estas matérias têm uma certa tendência para a revogabilidade e penso que o melhor que nos podia acontecer era chegarmos a uma solução que fosse efectivamente durável



que, pela sua razoabilidade, perdurasse no tempo para além do mandato desta Assembleia.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional nesta matéria tem, como é do conhecimento público, para além dum trabalho sério e meritório de diagnóstico que foi feito por uma comissão, neste momento tem uma comissão constituída apenas para se encontrar medidas concretas. Nessa medida já foi feito uma série de trabalho, nomeadamente a análise e quantificação de quanto é que os trabalhadores beneficiaram por via da redução fiscal. Efectivamente viu-se que ela, embora tenha sido a redução possível, teve alguns efeitos que talvez não fossem os esperados, nomeadamente em termos de compensação de largas faixas dos trabalhadores em que ela não existe ou é pouco significativa, mas nós vamos ter que encontrar uma solução, Sr. Deputado Paulo Valadão, que não é para compensar a adaptação fiscal, é para compensar os custos da insularidade e esta solução tem que ser coerente, ou seja, os custos da insularidade são sentidos por todos de forma igual.

Talvez a pressa do Partido Comunista Português em apresentar hoje este diploma, atenta a sua quase certa dificuldade em explicar porque é que para os trabalhadores privados os custos da insularidade situam-se em 3 contos e tal, para os pensionistas em 20 e para os funcionários públicos que ganham o equivalente ao salário mínimo em 19.200. Penso talvez que seja uma das razões, mas temos que encontrar uma solução que compense todos por igual e que tenha em conta as suas reais implicações.

Ora bem, será que o Partido Comunista nos pode dar alguns elementos acerca do real impacto que a proposta agora apresentada terá sobre a saúde e a viabilidade das empresas? É porque há outras soluções que estão sendo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

equacionadas e estudadas, nomeadamente a redução das taxas de segurança social.

Portanto, o Governo não concluiu e está em tempo o estudo que fez. Está fazendo um trabalho sério, ouvindo todos os parceiros sociais e na altura própria, talvez antes da sessão de Setembro, apresentará uma proposta global que contemple de forma igual todos aqueles segmentos que estão devidamente identificados.

Também nos preocupa, volto a repetir, que esta solução possa ter alguns efeitos perniciosos sobre as empresas que são fundamentais numa sociedade desenvolvida como queremos que seja a nossa.

Muito obrigado.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário:

A redução fiscal já veio compensar a si e a mim os custos da insularidade desde Janeiro. Portanto, em relação a esta matéria estamos esclarecidos, porque quem tem o ordenado mínimo nacional não veio compensar coisíssima nenhuma.

Por outro lado, o Sr. diz que nós propomos para a administração pública regional e para os pensionistas determinada quantia. Propomos sim, Sr. Secretário. No entanto, o Sr. está preocupado, porque quando nós propomos que quem tem o ordenado mínimo nacional venha a receber por mês 3.065 escudos que isso pode prejudicar as empresas. É uma contradição que, de facto, é nítida e é notória. Se o Sr. se preocupa que uma empresa que vai ter que pagar por dia a cada um dos seus trabalhadores que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

ganhe o ordenado mínimo nacional mais 100 escudos que fará se tivéssemos veleidade de propor um pouco mais, o Sr. aí dizia que isto seria o fim de todas as empresas na Região.

Sr. Secretário, há poucas horas, passando por um empresário desta terra ele dizia-me: “se alguma empresa não pode pagar mais 100 escudos por dia a cada um dos seus trabalhadores que ganhe o ordenado mínimo nacional, essa empresa deve fechar a porta”. Isto foi-me dito por um pequeno empresário desta terra quando vinha aqui para a Assembleia. Por isso, Sr. Secretário, parece-me que este empresário é capaz de ter razão. A empresa que não é capaz de gastar mais 100 escudos por dia com quem recebe o ordenado mínimo nacional, muito mal vai a sua evolução e implantação na sua actividade. O comerciante ou o industrial que não tem essa capacidade, vai muito mal.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu tentei dizer exactamente na minha intervenção que achava que os custos da insularidade têm que ser compensados atendendo à realidade, e não atendendo à adaptação fiscal, ou seja, se bem percebi quem votou a adaptação fiscal, e na altura fez muita questão de o dizer que o que foi aprovado não foi a proposta do Governo, foi a proposta apresentada por um conjunto de partidos e tanto quanto me lembro teve o voto favorável do Partido Comunista Português. Portanto, o Sr. Deputado não pode vir para aqui fazer o discurso, quando fez o mal e agora vai fazer outra coisa para corrigir esse mal.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Paulo Valadão (PCP): Não, não. Não foi mal. Foi feito e bem feito. É preciso é fazer o resto!

O Orador: O que eu quero deixar aqui claro é que os custos da insularidade têm que ser compensados e não eventuais distorções introduzidas pela adaptação fiscal.

De resto, também penso que a posição do Governo nesta matéria é clara. O Governo está cumprindo os seus compromissos, está trabalhando e vai estar em tempo muito próximo, conforme prometeu, em condições de apresentar propostas globais e coerentes a esta Assembleia Legislativa Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para mais esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só um esclarecimento que eu quero dar, dizendo que quando o Sr. Secretário fala na compensação em livros, revistas e transportes para quem recebe o ordenado mínimo nacional, sobre essa matéria quero afirmar categoricamente que estas pessoas para quem se destina este projecto dispensariam de certeza os abaixamentos nos transportes, nos livros e nas revistas.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre o diploma em apreciação o Grupo Parlamentar do Partido Popular gostaria de fazer a seguinte abordagem.

É fundamental para nós sabermos o que é que se pretende, o que é que está aqui em causa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se pretende concluir que o salário mínimo nacional é baixo, que com o salário mínimo nacional existente, infelizmente, aqueles que dele auferem não têm condições mínimas de vida, se no caso da Região Autónoma dos Açores um trabalhador que aufero o salário mínimo nacional tem a sua situação agravada, estamos de acordo, é uma evidência e eu diria, infelizmente, é socialmente uma chaga.

Se o problema é encontrar as reclamadas compensações para os custos da insularidade, temos que encontrar e procurar as respostas no lugar certo, e porquê? Porque alterar o salário mínimo nacional nos Açores é uma medida económica. É assumir objectivamente um acréscimo de custos para as empresas dos Açores em comparação com as empresas nacionais.

Não tem o mínimo de lógica, não tem o mínimo de fundamento económico. Quando ao nível do diagnóstico se considera que a economia açoriana é objectivamente mais frágil do que a economia nacional, quando se reconhece que o tecido económico dos Açores é efectivamente um tecido artificial, predominantemente um tecido que passa por dificuldades e estrangulamentos que são adicionais àqueles que geralmente acontece nos sectores equivalentes a nível nacional e se resolva essa situação aumentando o salário na Região Autónoma dos Açores, não posso, como técnico, como político e como responsável do Grupo Parlamentar do Partido Popular, aceitar que para um mal grave, que veremos adiante, se tente compensar com um mal pior.

Sobre este ponto parece-nos que é uma questão objectiva, salvo melhor opinião, e estamos sempre abertos para reflectir e discutir essas matérias. Quando nos fundamentarem que a economia dos Açores é mais forte do que a economia nacional eu aceito um salário mínimo nos Açores superior ao salário mínimo nacional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eliminada essa matéria e sobre o nosso ponto de vista, foi essa matéria que o Partido Comunista trouxe para aprovação, eu queria aqui louvar a oportunidade que temos nesta sala de discutir um problema gravíssimo da sociedade açoriana que é o facto desta Casa ter há longo tempo aprovado uma medida histórica que foi uma redução fiscal na Região Autónoma dos Açores que possibilitou ou vai possibilitar durante o ano de 1999 o aumento do rendimento disponível das famílias açorianas em cerca de 4 milhões de contos, que introduziu uma compensação justa e adequada às empresas dos Açores no sentido de lhes dar um instrumento para elas compensarem as dificuldades acrescidas que têm dos custos da insularidade, daí que eu não esteja disponível para tirar hoje aqui um instrumento que nos foi dado há nove meses atrás.

Agora, o que nós queremos é fazer abranger o resto da população dos Açores, nomeadamente, a classe trabalhadora, que não foi ainda beneficiada pelo sistema da correcção dos custos da insularidade.

Já beneficiámos as empresas, já beneficiámos todos aqueles que auferem rendimentos que estão na linha da média ou acima da média dos rendimentos da Região Autónoma dos Açores.

Eu queria aqui registar com muito agrado o facto de passados esses meses que, e o Sr. Secretário Regional ainda há pouco aqui referiu e de forma muito cuidadosa, se tinha feito nesta Casa, para entrar em vigor desde Janeiro, a redução possível dos impostos.

Foi, de facto, na altura, a redução possível feita pela maioria desta Assembleia, mas estamos em falta para com um grupo muito importante de açorianos. Estamos em falta e é preciso saber de entre nós quem é que está em falta. Eu não tenho nenhuma dúvida de que quem está em falta é o Governo e não tenho dúvida que é o Governo que está em falta, porque foi



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

o Governo que chamou a si o compromisso de dar resposta àqueles que não eram contemplados pela redução fiscal.

Deputado António Meneses e José Maria Bairos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Foi o Governo que disse nesta Sala a pergunta minhas e a perguntas de Srs. Deputados da bancada do PSD, pelo menos da oposição que me lembro foram vários, que inclusivamente tinha uma verba orçamentada para ocorrer à despesa necessária para acudir à compensação dos custos da insularidade daqueles que não eram abrangidos pela redução fiscal.

Foi o Sr. Presidente do Governo que disse aqui perante todos que não divulgava, na altura, as medidas concretas que já tinha, porque tinha medo que a oposição duplicasse essas despesas como era hábito, segundo o Governo, a actuação desses partidos.

Em resposta a isso, todos bem se lembram, nós questionámos o Sr. Secretário das Finanças: “já que o Governo tem uma verba para isso, já que o Governo tem as medidas apropriadas para isso e o Sr. Presidente do Governo não quer transmitir isso hoje aqui aos representantes do povo dos Açores, eu pergunto ao Sr. Secretário das Finanças, pelo menos, o montante da verba”, porque na altura estávamos a tratar do Orçamento como todos se lembram.

O Governo não respondeu e o Sr. Presidente garantiu que tinha os instrumentos indispensáveis, ou seja, tinha o dinheiro e tinha a solução. Dinheiro tem o Governo e à farta, solução não tem.

Passados sete meses os Srs. criaram mais um grupo de trabalho para discutir essa matéria, quando eu pensei que a palavra do Presidente do Governo era uma palavra final ao dizer que já tinha a solução.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, como membro desta Assembleia, como representante do povo dos Açores estou em falta, sinto-me mal perante os meus conterrâneos que são vítimas da falta de acção do Governo Regional nesse domínio, porque o que era medida nossa de redução fiscal foi feita. Não quero assumir hoje aqui aquilo que eu consideraria, na minha óptica, uma irresponsabilidade se votasse a proposta apresentada pelo Partido Comunista.

Os Srs. colocam-nos nessa posição difícil, porque os Srs. não têm resposta, o povo espera e nós exigimos e não queremos ir numa medida fácil, que é uma medida de boa fé, e não ponho em causa a boa fé de quem traz os problema para aqui, é importante que esses problemas sejam trazidos, isso só demonstra que há preocupação, só que nós somos responsáveis e não vamos fazer retaliação ao Governo. Por muitas razões que eu tivesse para retaliar o Governo eu não vou subscrever uma proposta cuja filosofia não concordo, que economicamente me parece errada, que não visa o fim essencial, mas, pelo santo amor de Deus, os Srs. dêem uma resposta, porque os Srs. é que têm que dar resposta a quem ganha o salário mínimo nacional e que continua sem compensações. Os Srs. é que têm que dar resposta àqueles que só beneficiaram em 500 ou 600 escudos na redução fiscal...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Feita por vós!

O Orador: Feita por nós e deixo-lhe a garantia de que a minha próxima proposta é o aumento para 20% da redução fiscal nos Açores. A promessa está assumida

Os Srs. vão-se tratar mal.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Não. Vamos tratar-nos muito bem!

O Orador: Faz muito bem!

O Partido Popular, no âmbito da adaptação gradual do sistema fiscal à Região Autónoma dos Açores, está perfeitamente consciente que o passo que foi dado o ano passado foi um passo gradual numa escala que ia até 30% e que nós conscientemente e os restantes partido da oposição entendemos que no primeiro ano devíamos adaptar 15%. Perante a reacção do representante do Governo Regional nesta Assembleia, vamos ponderar muito seriamente e avanço a nossa intenção de para o orçamento de 1999, pelo menos, continuarmos esse passo progressivo e útil à sociedade e à economia açoriana e avançarmos com uma proposta que, pelo menos, ao nível do IRS contemple os 20%, na medida em que no IRC optamos pela taxa dos 30%. Fica aqui o nosso compromisso de avançarmos para uma proposta desse género.

Voltando à situação em apreço, entendemos que devemos dar uma resposta à sociedade açoriana. Ela espera que este Governo apresente a solução.

Se o que está aqui em causa é optar pela taxa social única, pela redução da segurança social como V. Exa. há pouco aí referiu, queria dizer de antemão que tem todo o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Popular, na sua modéstia, mas na sua determinação para uma medida dessas se o Governo entender trazer a esta Casa, porque quem tem que compensar essa classe de trabalhadores dos custos da insularidade terá que ser o sector público, terá que o ser o orçamento.

Não podemos administrativamente transferir para terceiros, encargos que nos cabe a nós e ao orçamento resolver. Já resolvemos para uma parte significativa de açorianos e de empresários, através duma redução de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

receitas. Vamos gradualmente aumentando esses benefícios para o povo dos Açores, agora temos que eventualmente fazer um aumento de despesa para canalizar para aqueles que não beneficiaram com a redução da receita pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não posso dizer mais, porque não posso obrigar o Governo a cumprir aquilo que ele se demora em cumprir.

O apelo que deixo em nome do meu Grupo Parlamentar é que efectivamente o Governo assuma como primeira prioridade esta matéria e não permita que a situação se degrade, não permita que a insatisfação social venha ao de cima, não permita que sindicatos optem por soluções que não estão efectivamente, nalguns casos, bem pensadas.

O Governo deu o passo em frente, assuma o seu papel e terá seguramente o apoio desta Casa e dê uma resposta aos açorianos que esperam por ela. Não espere para Dezembro, Sr. Secretário, faça-o imediatamente.

Muito obrigado.

Deputados João Cunha e José Maria Bairos (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Eu queria-lhe lembrar, ao contrário do que o Sr. por várias vezes afirmou, que o Governo não falta com aquilo que se comprometeu fazer.

Em primeiro lugar, devo-lhe dizer que o Sr. e o seu partido não têm qualquer legitimidade para dizer isso, porque se abstiveram no orçamento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

onde ficou consagrada essa obrigatoriedade do Governo durante o corrente ano e com a qual o Partido Socialista concordou. Aliás, foram propostas do Partido Comunista Português e do Partido Socialista que diz que o Governo durante o corrente ano apresentará estas soluções e apresentará soluções tendo em conta uma dotação provisional que está, obviamente, inscrita no orçamento e vai fazê-lo.

O Sr. Presidente do Governo disse ao SINTAP em Fevereiro que estaria pronto até Julho e eu pus o comuniquei à Comissão, que constituí e com a qual trabalho, a meta de 30 de Junho e, portanto, garantidamente antes de Setembro para eventualmente, se esta Câmara assim o entendesse, poder ser discutido em Setembro, estas propostas estarão aqui entregues pelo Governo, conforme o Governo se comprometeu e conforme está na lei do orçamento para 99 e está decorrendo a aposta pelo Partido Comunista Português, pelo Partido Socialista e não pelo PP.

Agora, uma coisa é certa, o Sr. Deputado tem razão quando se interrogava se estava em falta. Está, V. Exa. está em falta, Sr. Deputado. V. Exa. mais do que qualquer outro, porque estas medidas, em última análise, cabem ser tomadas por esta Assembleia Legislativa Regional e o Sr., ao que julgo saber, é o Deputado mais antigo desta Assembleia.

Não me consta que alguma vez tenha apresentado, independentemente do partido onde estivesse, alguma proposta de salário mínimo ou alguma proposta de compensação para os trabalhadores da iniciativa privada. Está em falta V. Exa..

O Governo não está em falta, está cumprindo um calendário que apresentou, quer a este Parlamento quer aos parceiros sociais.

Relativamente à adaptação fiscal, Sr. Deputado, eu disse aquilo que tenho vindo a dizer sobre isso. A adaptação fiscal feita por este Parlamento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

significa, em termos de princípios e a autonomia também se faz pelo exercício dos princípios, um passo importante. Tem alguns condicionalismos. Foi exercitada dentro desses condicionalismos, mas isso não nos pode deixar de abanar a realidade, porque Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fazer proposta é muito fácil, é mais difícil é fazer boas propostas, mais difícil é fazer as contas e ter uma consciência clara do que é que essas propostas vão significar na prática. Talvez V. Exa. não soubesse, Sr. Deputado, embora também mesmo depois de saber continuo satisfeito na mesma, que a adaptação fiscal feita por esta Assembleia Legislativa Regional para os trabalhadores da Administração Regional 59,15% não beneficiaram nada ou beneficiaram até 2.020 escudos. Para os trabalhadores da Administração Local 94% não beneficiaram nada ou beneficiaram até 2.022 escudos. Para os trabalhadores da iniciativa privada 85,51% não beneficiaram nada ou beneficiaram até 2.022 escudos. V. Exa. quer passar isso para 20,25 ou 30% passe. É evidente que será uma medida de profundo alcance social, é evidente que será uma medida que irá favorecer os trabalhadores com que V. Exa. se quis preocupar. Certamente os Srs. Deputados e os Srs. governantes, como há pouco disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, ganharão muito com isso, mas o povo açoriano não ganhará.

Agora, V. Exa. tem conhecimento porque o Governo lhe disse, porquanto o não devia saber, do que é que significou na prática a adaptação fiscal. O que V. Exa. quer nós já percebemos. V. Exa. não está preocupado com os trabalhadores, V. Exa. está preocupado em delapidar o orçamento da Região. A este respeito na altura certa falaremos.

Muito obrigado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para esclarecimentos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro disse que a situação em que estávamos agora da falta de propostas era da exclusiva responsabilidade do Governo.

Não posso concordar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque embora esteja agendada para hoje noutra ponto da nossa agenda, foi cometida a esta Assembleia, através da Comissão de Política Geral e numa Proposta de Resolução do PSD, o estudo das forma de compensação aos trabalhadores açorianos pelos custos acrescidos da insularidade, devendo esta Comissão apresentar em cada Plenário o relatório da evolução dos seus trabalhos. Mas, é curioso, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, e sem querer entrar no âmbito deste relatório que está concluído, bem ou mal foi aquele o entendimento da Comissão, quando foi da aprovação desta Resolução o Sr. Deputado João Greves, tomando como sua a posição do seu Grupo Parlamentar, disse no fim o seguinte: “Também vou votar favoravelmente baseado um pouco nas palavras do Sr. Presidente do Governo de que criar uma Comissão dá muito trabalho. Eu sou daquelas pessoas que acredito que só com muito trabalho se consegue alguma coisa digna e alguma coisa que nos possa fazer render”.

Eu gostaria que o PP nos dissesse as aporções que deu à Comissão de Política Geral no âmbito desta Resolução?

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como compreenderão eu, felizmente, e com muita honra minha também já tenho alguns anos desta Casa, não me vou desviar dos princípios e das matérias que trouxe aqui a esta tribuna e que orientam a posição do Grupo Parlamentar do PP sobre a matéria em análise, não me vou desviar para questões colaterais e que visam desfocar o princípio que aqui nos trouxe, o fundamento que o Partido Popular apresenta à sua posição sobre esta matéria.

Gostaria apenas de referir que quanto ao sistema fiscal e quanto aos estudos que o Governo Regional manda fazer curiosamente começam sempre a surgir já quando não são verdadeiramente úteis. O Governo manda fazer o estudo depois do sistema fiscal ter sido adoptado e aplicado.

Quando o Governo trouxe a sua proposta aqui não tinha estudo nenhum. Isto é que é triste, Sr. Secretário, porque quando se teve a discutir isso aqui o Sr. não sabia quantos funcionários tinham, se eles pagavam imposto, como é que eles recebiam.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Porque a proposta era vossa. O Governo tinha a sua!

Deputado Berta Cabral (PSD): Mas a proposta do PP era muito melhor!

O Orador: Para lembrar, o Governo pediu um trabalho à Universidade dos Açores, pagou por ele e só agora é que aparece esse estudo divulgado.

Se me dá licença, gostaria de fazer a seguinte observação. Infelizmente o Governo agora aparece com esse estudo ou talvez felizmente, porque vejamos uma coisa, eu acho que todos vamos explorar muito esse estudo. Esse estudo pode ser muito penalizante para aqueles que utilizam com muita frequência, a grande maioria que paga impostos, a grande maioria



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que suporta a administração e a máquina. Eu proponha que a gente um dia reflecta sobre esse estudo.

Os Srs. fazem afirmações, induzem num bloco e deixam passar para opinião pública que quase 90% dos trabalhadores disto e daquilo não pagam impostos. Depois deixam outra margem aí entre o grupo dos que não pagam os Srs. incluem o grupo dos que beneficiam até 2.022 escudos por mês, o que perfaz 24 contos por ano e estão no grupo dos que também não pagam ou só pagam até 24 contos por ano. Foi o que o Sr. acabou de dizer. Eu faço lembrar que há greves neste País, e nalguns casos na função pública que V. Exa. é responsável aqui nos Açores, por aumentos de 0,1, 0,2%, com conflitos, semanas e dias gastos sobre essa matéria.

Portanto, eu atrevo-me a dizer, em nome daqueles trabalhadores, que graças a uma medida aprovada pela oposição nesta Assembleia, passaram a beneficiar em 2.022 escudos por mês. Já é alguma coisa e é um pequeno contributo e na nossa perspectiva esse contributo deve ser elevado e cabe ao Governo, como já o demonstrei e ele tinha aqui assumido o compromisso, criar condições para que esses trabalhadores, porque há outros que beneficiam com muito mais, mas esses que beneficiam com menos possam, de facto, através da redução da segurança social, aumentar o seu rendimento disponível.

Era só isto.

Presidente: Para prestar esclarecimento tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado, eu não falei que os trabalhadores não pagavam impostos. É evidente que só beneficia da redução fiscal quem paga impostos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

De resto, tudo o que eu me referi foi aos diversos sectores de trabalhadores que, aplicada que foi ao respectivo vencimento e à respectiva retenção na fonte a lei da adaptação fiscal, o Decreto Legislativo Regional, não beneficiaram nada ou beneficiaram em termos de pagar menos imposto até 2.022 escudos. Portanto, não falei em pagar ou não pagar impostos.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir uma proposta de acréscimo ao salário mínimo nacional, apresentada pelo Partido Comunista Português.

O Partido Social Democrata encara esta proposta no âmbito duma estratégia mais geral de combate aos custos da insularidade e essa estratégia assenta, no nosso ponto de vista, em quatro pilares fundamentais, sendo o principal a redução dos impostos nos Açores, ou seja, a adaptação do sistema fiscal já levado a efeito pelo PSD e pelo PP em finais do ano passado.

Essa redução fiscal, como todos sabem, entrou em vigor em Janeiro de 1999 e, tal como já aqui foi referido, há franjas significativas de trabalhadores por conta de outrem desta Região, que não foram abrangidas por essa reforma fiscal, por razões conhecidas e aqui abro um parêntesis para dizer que com a proposta apresentada pelo Governo a percentagem seria ainda maior, exactamente porque a percentagem de redução era menor e a verdade é que importa agora encontrar formas de compensação para as pessoas, para os trabalhadores desta Região que foram abrangidos por esta reforma fiscal.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Partido Social Democrata apresentou já nesta Assembleia, como é do conhecimento de todos, uma proposta para atribuição duma remuneração complementar aos funcionários públicos da Administração Regional e Local no âmbito, aliás, do aprovado no orçamento regional, dos compromissos assumidos pelo Governo, da dotação provisional inscrita no orçamento, e aqui reafirmo o que já foi dito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, e o Governo já deveria ter apresentado as suas propostas.

A partir do momento em que entra em vigor a reforma fiscal, a justiça relativa entre os diversos trabalhadores aumenta, a injustiça aumenta e é necessário e urgente que se compense os que menos ganham quanto mais depressa melhor. Penso que isto é do senso comum e não acredito que haja aqui alguém sentado nesta Casa que não concorde com esta afirmação. É preciso e é urgente compensar quem menos ganha, porque foram esses que, de facto, não foram abrangidos pela reforma fiscal. Não são necessários estudos muito elaborados para perceber que uma grande franja de trabalhadores não foi abrangida. Nós já sabíamos e quem conhece os números da função pública aplica-lhe duas percentagens e vê logo quem é que fica de fora.

Não é preciso estudos muito elaborados para se saber quais são os custos da insularidade e sabe porquê, Sr. Secretário, porque não há valor absoluto real e discutível. Se disser que é 7000 mil eu posso-lhe demonstrar que são 7.500, se disser que é 6000 eu posso dizer-lhe que são 6.500. Portanto, ninguém consegue. Não há forma de quantificar absolutamente os custos da insularidade. Agora, o que é preciso é chegar a um montante que compense as pessoas e que unanimemente nós concordemos que compensa as pessoas. Já houve um subsídio da insularidade e, portanto, nem sequer é difícil chegar a esse valor.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado António Gomes (PS): Aprovado em 93!

A Oradora: Um subsídio até aprovado pelos Srs. e que agora está a ter tanta dificuldade em conseguir a aprovação. Gostava de perceber a razão.

Voltando à questão essencial, ou seja, à determinação do valor, basta que se consensualize com os sindicatos e isso é possível porque foi feito por nós. Ouvimos todos os sindicatos e eles concordaram com os montantes que nós apresentámos a esta Assembleia, porque basta pegar no subsídio que foi aqui aprovado na década de 90 e actualizá-lo para 1999 e temos o consenso garantido, porque esse foi feito em discussões com todos os sindicatos.

Portanto, não vale a pena estudos muito elaborados porque nunca se chegará a valores indiscutíveis. Não há maneira de chegar lá e se me disser que há, até gostava de saber como é. Mas nunca consegue.

Baixou a electricidade,...

Deputado António Gomes (PS): Quem é que era Secretário das Finanças em 93?

O Orador: ... mas baixou para todos, para os que foram afectados pela redução de impostos e para os que não foram, portanto, acabou por não compensar os que não foram.

Baixou os transportes, baixou para os que tiveram redução fiscal e para os que não tiveram, portanto não compensou a insularidade.

Baixou as revistas e os jornais, independentemente de poderem ou não lerem, mas baixou para todos, para os que pagam impostos, para os que não pagam, para os que foram beneficiados pela redução fiscal e para os que não foram beneficiados pela redução fiscal. Portanto, mantém-se a injustiça.

O que é preciso é compensar, assumir isso claramente e compensar aqueles que não foram compensados com a reforma fiscal e a partir daí deixemos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

os estudos e procuremos a melhor forma de o fazer. É por isso que o Partido Social Democrata está disponível para estudar, esta proposta, porque é a única que está sobre a mesa. Se tiverem outras...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Os Srs. que as façam!

O Orador: ...estamos disponíveis para discuti-las, mas o Governo ainda não apresentou as suas e já passaram seis meses sobre a entrada em vigor da adaptação fiscal e se falarmos então na apresentação, na discussão e aprovação das propostas nesta Assembleia já passaram 9 meses e a partir daí muita coisa se poderia ter começado a fazer sobre esse assunto e neste momento estaríamos todos em condições para já ter em vigor uma proposta de compensação dos trabalhadores, quer por conta de outrém quer os trabalhadores da administração pública regional e local, porque também nós não apresentámos logo essa proposta da remuneração complementar, esperámos que o Governo a apresentasse. Não a apresentou oportunamente e nós em Maio excedemos o período de tempo que nos tínhamos comprometido com os sindicatos e por isso apresentámos.

É preciso assumir as responsabilidades nesta Casa. É preciso fazer com oportunidade e aí é que está a questão, porque eu não duvido que o Governo apresente, agora o que não pode apresentar é nos seus timings, tem que apresentar é nos timings dos açorianos e os açorianos já estão há muito tempo à espera disso.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu vou começar pela afirmação que a Sra. Deputada acaba de fazer que é o timing de apresentar estas questões. Em nosso entender o timing de apresentar estas questões, em relação àqueles que menos ganham é exactamente o início da compensação que foi dada pela redução fiscal àqueles que mais ganham, porque o Governo apresentou aqui uma proposta de redução fiscal e a filosofia dessa proposta era exactamente igual àquela que foi apresentada pelo PP e pelo PSD. O PP e o PSD acabaram por aprovar 15% e o Governo pretendia 10%. O problema era de em vez de dar 15 dar 10, Sr. Secretário Regional. A diferença era só esta e deu-se 15 e os Srs. só queriam dar 10 e mais, aqueles que iam beneficiar com a vossa eram exactamente aqueles que estão a beneficiar neste momento.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): A injustiça era menor!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Iam beneficiar menos!

O Orador: Srs. Deputados, iam beneficiar os mesmos, com menos quantidade. A diferença era só essa, iam beneficiar os mesmos com menos dinheiro.

Portanto, cai pela base quando o Sr. Secretário vem aqui lançar lágrimas de crocodilo em relação àquilo que não recebem, porque com a vossa proposta os que não recebem eram exactamente os mesmos.

Deputado João Cunha (PSD): Não houve lágrimas de crocodilo!

O Orador: Em relação à justiça desta medida, nós consideramo-la da mais elementar justiça, porque efectivamente vai compensar alguns trabalhadores e que são aqueles que mais necessitam.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Por outro lado, há aqui uma afirmação do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que nós queríamos registar, é de que, de acordo com aquilo que eu tomei nota e penso que não me enganei, estamos em falta.

Efectivamente estamos em falta e o Partido Comunista Português pela sua parte tem dado o seu contributo, agora a realidade é que da parte do Governo Regional, nestes meses todos, não houve qualquer contributo e como lembrou o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o Sr. Presidente do Governo até referiu ou deu a entender que a situação estava a avançar e o que era necessário era que a situação pudesse efectivamente avançar...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Está em vias de ser apresentado em Comissão!

O Orador: ...e era necessário que não tivesse havido da parte do Governo a necessidade de mais uma comissão para voltar a estudar aquilo que já devia estar estudado. A realidade era efectivamente haver dados concretos e nós neste momento não temos nenhum dado concreto e estamos reduzidos nesta matéria a zero, em relação àqueles que não têm compensação nenhuma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata já ficou muito bem sublinhada e muito bem explicada a nossa posição.

O Partido Social Democrata, sensível como sempre aos debates que se efectuam nesta Casa e seguindo com maior atenção e responsabilidade o debate que agora mesmo se está a fazer, chega à seguinte conclusão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não há dúvida que há, na perspectiva política subjacente à proposta do Partido Comunista, uma intenção válida que o PSD aprecia e tem disponibilidade para a aprovar.

É também indiscutível que a importância desta matéria, por parte do Governo, o facto de já se ter iniciado com a aprovação da redução fiscal, a caminhada para combater os custos da insularidade, também tendo presente que há um conjunto de iniciativa legislativas que já estão presente nesta Casa e que há mesmo outras iniciativas que se avizinham por parte do Governo e que estão anunciadas, sem qualquer intenção de deslustrar ou desvirtuar os argumentos, quer do PSD quer alguns argumentos, para não dizer todos os argumentos do PC e até alguns argumentos do PP, o Partido Social Democrata entende que se trata de matéria muito importante que deve ser debatida depois deste debate e de esclarecimento político de forma coincidente, porque é matéria complementar da remuneração complementar. Só por essa razão fica aqui o esclarecimento político.

Portanto, depois deste debate julgamos ser a melhor tomada de posição, entregar na Mesa da Assembleia um requerimento para que o Projecto do Partido Comunista baixe à Comissão com a condição, que de resto está no requerimento, de ser apreciado e votado no exacto momento em que for a remuneração complementar e a partir daí estão todos obrigados a dar entrada das suas iniciativas legislativa para que da melhor forma possamos aprovar aquilo que resta dum percurso de combate aos custos da insularidade.

Deixámos que o debate fosse feito e, portanto, pela nossa parte o debate fica encerrado, dando entrada deste requerimento ao Sr. Presidente para que seja votado.

Obrigado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputados Mark Marques e José Maria Bairos (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: De acordo com o nosso Regimento eu vou pôr à votação o requerimento de baixa à Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal qual consta do parecer que subiu a plenário sobre este documento, esta foi a posição defendida pelo Grupo Parlamentar do PS em sede de Comissão e que agora, felizmente, tem o apoio do PSD e que na altura os Srs. Deputados do PSD preferiram ir assim de uma maneira um bocado, e eu não queria ser deselegante, mas de uma maneira talvez mais fácil, digamos assim, para o debate político. Deixaram-se ir através duma possível vontade muito vigorosa do PCP que, embora tendo passado para o dia seguinte a sua opinião sobre este documento, não quis concordar com o PS.

Como está vendo agora a posição do PS era séria e tal qual como nós púnhamos aqui e pusemos, havia um compromisso do Sr. Secretário, como já disse e friso, na Comissão de 19 de Maio de que assim seria como agora os Srs. Deputados do PSD propuseram e foi aceite pela Assembleia.

Obrigado.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não é verdade!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Então qual é a verdade!?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Mark Marques (PSD): Deixe-se estar sentadinho que já a vai ouvir!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputados Victor Cruz para uma declaração de voto.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É preciso que fique bem claro: diploma relatado, é diploma pronto para ser discutido. Este é que é o princípio desta Casa, porque qualquer diploma relatado, a não ser que tenha a oposição do seu proponente, o que não era sequer o caso deste diploma, e esta tem sido a regra genérica do PSD e acho que é a regra do Regimento, é diploma que tendo oposição do proponente deve subir a plenário. A nossa posição foi sempre a de que achamos que diploma que está relatado deve subir a plenário.

Eu faço lembrar ainda que esta é a segunda vez que um tipo de iniciativa como esta é trazida a esta Casa e, portanto, não fazia sentido que por causa duma promessa do Governo o PSD não fizesse com que este diploma subisse a plenário, porque já é a segunda vez e da primeira vez já havia a promessa de que o Governo estava a estudar o assunto.

O PCP, proponente, entendia que o diploma devia subir a plenário e o PSD, porque o diploma já estava relatado, de acordo com o seu proponente, entendeu que ele devia subir a plenário para ser discutido. Feito o debate e sobretudo tendo este debate a virtude de esclarecer politicamente, nós achamos em consciência que deveria baixar à Comissão. Portanto, não há sequer qualquer contradição...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Eu não disse contradição, mas sim, pela maneira mais fácil!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: ... entre a posição do PSD na Comissão, porque os diplomas não podem adormecer tal como já aconteceu com diplomas do Governo nas Comissões.

O proponente quis que ele subisse a plenário, ele subiu e a discussão política foi bem esclarecedora.

Espero que agora com esta tomada de posição da Assembleia a vontade política de todos seja também esclarecedora no sentido de se encontrar a melhor solução.

Que fique bem clara a nossa posição, que não me parece tão pouco que mereça grande debate porque requerimento votado por unanimidade é certamente requerimento que estava sendo esperado e até era uma ambição de todos e por isso mesmo foi votado por unanimidade sem qualquer incoerência e certamente com sentido de responsabilidade.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro se deseja interpelar a Mesa pode fazê-lo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não percebi muito bem se no requerimento do PSD de baixa à Comissão consta o prazo para nova apreciação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para prestar esclarecimentos.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apesar de constar um prazo eu já disse que o que era importante, porque aqui a questão política deve prevalecer sobre qualquer prazo, é que este diploma suba a plenário no exacto momento em que discutirmos a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

remuneração complementar, porque é com esta justificação que ele justamente baixa à Comissão.

Portanto, o que deve prevalecer é a vontade política da Assembleia, segundo a qual quando se discutir a remuneração complementar este diploma seja também discutido, bem assim como qualquer outra medida que tenha a mesma intenção de combater os custos da insularidade. Espero que seja de 90 dias ou coisa parecida, que seja o mais depressa possível, mas não é por causa dos 90 dias que isso deixará de acontecer, porque o nosso objectivo é justamente, como as matérias são complementares, que a discussão seja feita pelo menos dentro do plenário coincidente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que ficou plenamente fundamentado os motivos que levaram o Grupo Parlamentar do Partido Popular a não viabilizar a aprovação do Projecto apresentado pelo Partido Comunista Português.

Achamos que houve grande utilidade na circunstância de se ter debatido esta matéria de novo e consideramos que ficou reforçada a ideia de que o Governo Regional deve, o mais rapidamente possível, apresentar as propostas com as quais se comprometeu perante o povo dos Açores e perante esta Casa, sempre no entendimento de que não podemos remeter para terceiros o suporte de medidas e obrigações que cabem, por excelência, ao Estado, neste caso à Região.